



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

O Quebra de Xangô de 1912 em Alagoas: desdobramentos contemporâneos.

Autoria: Amanda Patrícia Santos Lorena de Menezes (UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas)

Estudos sobre religiões de matrizes africanas enquadram-se como um dos temas considerados clássicos ao se pensar o desenvolvimento e a consolidação da antropologia no Brasil. Ao mesmo tempo, esta temática continua cada vez mais relevante no cenário contemporâneo, tendo em vista tanto o aumento da visibilidade e protagonismo dos grupos religiosos afro-brasileiros no espaço público quanto o acirramento dos episódios de racismo e intolerância religiosa ao longo das últimas décadas. Partindo dessas considerações, meu projeto de pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas, pretende abordar os desdobramentos contemporâneos de um acontecimento que ficou conhecido como o Quebra de Xangô de 1912. Tal ato, encabeçado por uma milícia paramilitar em resposta à situações políticas da época, culminou em invasão e depredação de diversas casas



de culto de religiões afro-brasileiras em Maceió e cidades próximas, sendo marcado como um dos atos mais violentos e de consequências mais significativas nesse sentido. Episódio esse que, apesar de parecer temporalmente distante, repercute até os presentes dias na história dos grupos religiosos de matrizes africanas e, também, na história afro-alagoana. Embora o Quebra de Xangô tenha acontecido há mais de cem anos, somente em meados de 2000 é que houve uma ?redescoberta? do evento, que se faz presente na produção acadêmica local, nos movimentos culturais e nos discursos das lideranças religiosas e do povo de santo de Maceió de modo mais geral. Esta pesquisa pretende discutir essas questões com base em uma etnografia conduzida em uma casa de santo específica, a Casa de Iemanjá /Axé Pratygy, dirigida pelo babalorixá Célio Rodrigues e, partindo daí, traçar conexões com outras casas e movimentos culturais ligados às tais religiões em Maceió. Considerando, porém, a situação de quarentena ocasionada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19), adaptações em relação à pesquisa de campo são necessárias, adequando-as, quando possível, para o âmbito virtual.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: